



Revista Direito e Práxis

E-ISSN: 2179-8966

direitoepraxis@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro  
Brasil

de Lena Júnior, Hélio  
A liberdade de imprensa em chave marxiana  
Revista Direito e Práxis, vol. 3, núm. 2, 2011, pp. 56-70  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350944673004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A Liberdade de Imprensa em chave marxiana

Hélio de Lena Júnior<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir, mesmo que preliminarmente, a ideia de liberdade de imprensa em Karl Marx, Wladimir Lênin e Leon Trotsky. Acreditamos que, a práxis política destes atores sociais estava condicionada pela existência de uma liberdade de expressão como reflexo da organização política. Todavia, nem sempre o que se verificou na prática, foi a liberdade de imprensa dada pelos governantes aos opositores; para tanto, os atores supracitados acreditavam que a liberdade de imprensa constituía um direito alienável dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Liberdade de imprensa, jornalismo proletário, comunismo

**Sumário:** 1 - Introdução; 2 - A liberdade de imprensa em Karl Marx; 3 - A liberdade de imprensa em Lênin e Trotsky; 4 - Conclusão; 5 - Referências Bibliográficas.

### 1 - Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir, mesmo que preliminarmente, a ideia de liberdade de imprensa em Karl Marx, Wladimir Lênin e Leon Trotsky.

Compreendemos que, a práxis política, destes atores sociais supracitados, estava condicionada, de forma indelével, pela existência de uma liberdade de expressão como reflexo da organização política. Esta liberdade se materializaria pela existência de um direito inalienável dos cidadãos: o direito de expressão. Contudo, se acreditarmos que exista um conjunto de direitos inalienáveis, buscaremos entender com a liberdade de expressão, apresentada aqui na chave marxiana, se consubstancia.

Para esta operação interpretativa, escolhemos os textos de Karl Marx, Wladimir Lênin e Leon Trotsky referentes ao tema da liberdade de imprensa. Sabemos que o foco principal da

---

<sup>1</sup> Hélio de Lena Júnior é Doutor em Ciências Sociais com ênfase em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA – UFRuralRJ e professor dos cursos de Serviço Social e Direito do Centro Universitário de Volta Redonda e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – UFRJ).

argumentação política dos atores não se referia, especificamente, sobre a liberdade de imprensa, sobre o jornalismo, sobre jornalismo proletário; mas sim, sobre o papel do jornalismo na revolução. Todavia, antes do tema da revolução aparecer, seria necessário discutir qual o papel da imprensa (burguesa ou proletária) e quais as suas relações com a sociedade civil.

Para tanto, o debate fundamental seria entender como a liberdade de imprensa se relacionaria com as preocupações da sociedade civil.

Outro ponto, relacionado com a liberdade de imprensa, seria como a liberdade de imprensa, dada pelos governantes aos opositores, se relacionaria, para os atores supracitados, com os direitos alienáveis dos cidadãos. Desde modo, neste espírito investigativo que este ensaio se insere, busca compreender como a liberdade de expressão, em chave marxiana, representa a expressão da vontade de sociedade civil.

## 2 - A liberdade de imprensa em Karl Marx

Karl Marx pode ser considerado como “criador do primeiro jornal proletário, impõe-se naturalmente, se bem que a *Nouvelle Gazette Rhénane* tenha tido uma existência demasiado efêmera para ser um modelo” (WORONTSOV, 1977, p. 22). Compreendemos que esta imprensa foi uma arma vital para a organização do proletariado como uma classe e um importante mecanismo nas lutas da classe trabalhadora contra a burguesia e o capitalismo.

O ponto central das considerações marxianas versou sobre a liberdade da imprensa. Segundo ele, duas classes de órgãos informativos surgiram no seio da sociedade e deveria haver uma diferenciação considerando a essência da própria imprensa, a imprensa censurada e a imprensa livre, uma ou outra seria a boa e a má imprensa. Para Marx,

a imprensa censurada comparte várias coisas com a imprensa livre: opiniões baixas, trapaças pessoais e infâmia. O fato de gerar produtos individuais de um ou outro tipo não constitui, portanto, sua diferenciação como espécies; as flores nascem inclusive num pântano. A questão aqui é a essência, o caráter mais profundo que separa a imprensa censurada da imprensa livre (MARX, 1990, p. 54).

Entretanto, sabemos que o jornalismo, tal como ele existe atualmente, é absolutamente inconciliável com as idéias de Karl Marx e Friedrich Engels. Em uma carta redigida por Marx, em 15 de maio de 1842, destacamos a seguinte passagem:

a imprensa censurada tem um efeito desmoralizador. É o mal fortalecido, do qual a hipocrisia é inseparável, e desse mal básico decorrem todas as suas outras debilidades. O governo ouve apenas a sua própria voz, sabe que está ouvindo apenas sua própria voz, mas engana-se a si mesmo, pensando que está ouvindo a voz do povo e suas reivindicações, conduzidos à ilusão pelo próprio Estado. Mas o povo, por sua vez, mergulha na superstição política e no ceticismo ou se afasta totalmente da vida estatal, convertendo-se em populacho. Ao considerar a livre expressão como ilícita, acostumou-se ele a considerar o lícito como livre, e a liberdade como ilícita. É assim que a censura destrói o espírito de Estado (1842, Apud KUNCZIK, 2002, p. 116).

Em linhas gerais, a carta mencionava os efeitos nocivos da censura, relacionando-a com as atitudes arbitrárias do governo da Renânia e de sua abusiva ligação com a população local. Lembramos que Karl Marx referia-se aos debates ocorridos no Landtag (Assembléia Provincial) de Düsseldorf realizados de 23 de maio a 25 de julho de 1841. Michael Kunczik destacou que “Marx acreditava que onde não existe liberdade de imprensa todas as demais liberdades se tornam ilusórias” (KUNCZIK, 2002, p.115). Esta assertiva pode ser reafirmada com as seguintes palavras do próprio Marx,

nunca conceberam a liberdade de imprensa como uma necessidade. Para eles, trata-se apenas de um assunto de mente, na qual o coração não desempenha nenhum papel; trata-se de uma planta ‘exótica’, à qual estão ligados como amateurs (MARX, 1999, p. 17).

Em suma, Marx acreditou que “a liberdade da imprensa também é uma beleza – embora não seja precisamente feminina – que o indivíduo deve ter amado para assim poder defendê-la” (MARX, 1990, p. 18). Francisco Fernández Buye constatou que em Marx a liberdade de imprensa era como um espelho espiritual no qual o povo descobre a si mesmo, a “imprensa era, para o jovem Marx, o mais poderoso motor da cultura, o indicador que revela o grau da educação espiritual das pessoas num momento histórico dado” (BUEY, 2004, p. 65).

Foi em busca deste espelho que Marx defendeu a ampla liberdade de expressão. O paradigma estabelecido era a imprensa inglesa; esta, contudo, deveria ser relativizada, pois tinha suas bases em alicerces históricos. Marx ressaltou, entretanto, que a imprensa inglesa tinha méritos porque era histórica; sendo mais categórico, afirmou que a essência da imprensa livre era a “essência característica, razoável e ética da liberdade. O caráter de uma imprensa censurada era a falta de caráter da não liberdade; é o monstro civilizado, um aborto perfumado” (MARX, 1990, pp. 53-54). Ele ainda considerou que em uma lei de censura, a liberdade seria punida; para ele, “a

lei da censura é uma lei suspeita contra a liberdade. A lei da imprensa é um voto de confiança que a imprensa dá a si mesma” (MARX, 1990, p. 59).

Dois outros exemplos da defesa da liberdade de imprensa, podem ser encontrados nos artigos “*Ordem do Gabinete sobre a Imprensa Diária*”, datado de 16 de novembro de 1842 e “*Um Correspondente do Kölnische Zeitung Contra o Rheinische Zeitung*”, datado de 17 de novembro de 1842.

No primeiro exemplo, Marx retratando a situação da imprensa em Colônia, afirmou que em 15 de novembro, O periódico “*Kölnische Zeitung*” publicou uma ordem do Gabinete Real, que tinha sido enviada para todos os ministérios provinciais no decorrer do mês anterior. Mesmo se tratando de uma longa nota, Marx transcrevendo a nota assinada por Frederick William

Eu tenho, frequentemente, destacado a tendência da má parte da imprensa diária em manipular a opinião pública em assuntos de grande interesse, através da disseminação de mentiras ou de fatos distorcidos; ela deve ser contida através da comparação de cada falsa notícia com a verdade graças à publicação de uma errata publicada no mesmo jornal culpado da falsificação. Isso não é suficiente para neutralizar as tendências malignas de um jornal diário, que possuem um efeito danoso ao público, em favor de outros jornais que possuem um melhor espírito, algo que só podemos esperar desses. O veneno da corrupção deve se tornar inofensivo em todos os lugares em que estiver presente; isso não é apenas o dever das autoridades perante o público-leitor que é exposto ao veneno, mas também, ao mesmo tempo, é o meio mais efetivo de destruir tendências à manipulação e à mentira assim que elas se manifestarem ao pedir que os editores publiquem o julgamento delas. Eu, então, notei com desprazer que pouco ou nenhum uso foi feito desses meios, que são tão legítimos como essenciais, para coibir manifestações degeneradas de parte da imprensa. Se as leis atuais não conseguiram estabelecer a obrigação dos nossos jornais em publicar – sem objeções, sem comentários ou notas introdutórias – todos as correções factuais enviadas oficialmente a eles, eu espero que o ministério estatal envie propostas para a legislação suplementar. Se, no entanto, ela já está adequada para o propósito, é a Minha vontade que ela seja vigorosamente implementada pelos Meus magistrados pela proteção da lei e da verdade e eu recomendo isso, não apenas para os ministérios, mas em particular para a atenção imediata dos Oberpräsidenten, para quem o ministério estatal deve dar diretrizes para esse fim. Acredito que o julgamento nobre, leal e admiravelmente franco, em qualquer lugar que for publicado, não deva ter sua liberdade de expressão reduzida e que a verdade deva sempre ser o menos restringida possível na esfera da discussão pública; e que o espírito que emprega as armas da mentira e da manipulação seja o mais severamente restringido para que a liberdade de expressão não seja traída em seus frutos e que suas bênçãos não sejam mal-utilizadas.

A nota, datada de 14 de outubro de 1842, trazia em seu bojo a urgência em transcrever o tal comunicado com o intuito de informar que não via como uma garantia para a imprensa prussiana. Na interpretação marxiana,

todo jornal leal só pode ser visto como um suporte significativo do governo *sefatos mentirosos ou distorcidos*, cuja publicação não pode sempre ser evitada mesmo com grande controle do conselho editorial, são corrigidos por uma fonte autorizada. (MARX, 1942)

Para Marx, por intermédio desses comunicados oficiais, “o governo não só garante certa “correção histórica” do conteúdo factual da imprensa diária”, mas também, segundo ele, “o que é mais importante, reconhece o grande significado da imprensa através da participação positiva, que restringe para campos menores a participação negativa através da *proibição, supressão e censura*” (MARX, 1942). De acordo com Marx,

Ao mesmo tempo, a Ordem do Gabinete Real pressupõe certa *independenciada* imprensa diária, que sem se libertar das tendências de enganar, mentir, entre outras, não irá se desenvolver e se estabilizar como imprensa, nem possuir um julgamento nobre, leal e admiravelmente franco. A pressuposição real de certa independência da imprensa diária deve ser recebida pelos jornais prussianos como a *maior garantia de sua independência* e como uma *expressão única da vontade real*. (MARX, 1942).

Na verdade, o pano de fundo das análises marxianas era entender o caráter das relações estabelecidas entre a imprensa e a sociedade. Tolhidas por um estado autoritário, a liberdade da imprensa era sacrificada em detrimento da concordância com os mandatários. “A lei de imprensa é uma verdadeira lei porque é uma existência positiva da liberdade. Ela trata a liberdade como a condição normal da imprensa” (1956 Apud McLELLAN, 1990, p. 61).

A tônica essencial do debate discorreu sobre o caráter distintivo da imprensa, “se a imprensa livre ou a imprensa censurada são boas ou ruins, isto é, se corresponde à essência da imprensa ter uma existência livre ou não-livre” (MARX, 1990, p. 53). Com relação a isto, Marx afirmou que “transformar a imprensa ruim numa refutação da imprensa livre é afirmar que a imprensa livre é ruim, e que a censurada é boa, e isso precisamente é o que deve ser provado” (MARX, 1990, pp. 53-54). E concluiu,

a imprensa livre que é má não corresponde à essência do seu caráter. A imprensa censurada, com sua hipocrisia, sua falta de caráter, sua linguagem de eunuco, seu

rabo de cachorro constantemente em movimento, personifica somente as íntimas condições da sua existência (MARX, 1990, p. 54).

Em certa medida, reafirmando os princípios éticos para justificar a liberdade de imprensa, Marx reafirmou que

uma imprensa censurada é ruim mesmo se produzir bons produtos, pois estes produtos só são bons na medida em que eles exibem uma imprensa livre dentro de uma censurada, e na medida em que não está em seu caráter serem produtos de uma imprensa censurada. Uma imprensa livre é boa mesmo quando produz frutos ruins, pois estes produtos são apóstatas da natureza de uma imprensa livre (MARX, 1990, p. 54).

A concepção marxiana de jornalismo, além da função de criticar a sociedade em geral e de representar os interesses do povo perante o governo em particular, tinha a função de exercer a crítica interna ao Partido. Mas isto somente se torna inteligível quando observamos uma carta de Friedrich Engels, endereçada a August Bebel em 19 de novembro de 1882. Para Engels,

em verdade, é preciso ter no Partido uma imprensa que não depende diretamente nem do Executivo nem do congresso do Partido, isto é, que possa, dentro do programa e da tática aprovada, opor-se sem medo aos passos individuais do Partido e, dentro dos limites do decoro do Partido, também expor à crítica o programa e as táticas. O senhor, como executivo do Partido, deve favorecer essa imprensa, criá-la, em verdade, e então terá sobre ela uma influência moral maior ainda do que ela surgir contra a sua vontade (1882, Apud KUNCZIK, 2002, p.116).

A escolha deste registro marxiano se consubstanciou por ele ser uma das primeiras reflexões de Marx sobre a imprensa. Pode-se acusar o autor de ser dono de um estilo irônico ou muito arrogante. Segundo Buey,

quando se fala do jornalismo marxiano a propósito de seus artigos na Gazeta Renana, convém precisar. Não se trata de crônicas, de notícias nem do que hoje chamamos de jornalismo de investigação, mas de ensaios nos quais o ponto de partida é a crônica sociopolítica imediatamente desdobrada em reflexão político-filosófica: nele, a afirmação do ponto de vista se sobrepõe constantemente à análise da situação ou de determinados acontecimentos político-culturais (BUEY 2004, p. 63).

Karl Marx pode ser caracterizado profissionalmente como jornalista – mesmo que na década de 60 ele tenha visto o jornalismo como uma tarefa pesada a lhe exigir o tempo que deveria dedicar a seu trabalho principal – e são reconhecidos seus artigos, por exemplo, sobre: a

*Guerra Civil Americana, a Revolução na China e na Europa, os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia, o Tratado Persa, a Guerra Contra a Pérsia, a Pérsia e a China e a Guerra Anglo-Persa*; publicados com regular periodicidade na *Gazeta Renana, Nova Gazeta Renana, Die Press* ou *New York Tribune*. Todavia, não podemos deixar de comentar que a crítica jornalística não isentou o próprio Marx de ser objeto de curiosidade e de análise dos segmentos informativos que ele tanto criticou.

Em 1871, R. Landor, correspondente do jornal *The World*, realizou uma entrevista em um momento crucial da história européia – apenas dois meses depois de sua publicação, a Comuna de Paris, na qual Marx estava envolvido, foi violenta e sangüinariamente reprimida. Ressaltamos que a conversa entre Marx e Landor, segundo relatos da época, teve uma testemunha privilegiada: Friedrich Engels. A reportagem pode ser dividida em duas partes. Primeiramente, Landor descreveu o ambiente residencial de Marx, citando passageiramente a presença de membros da Associação Internacional dos Trabalhadores presentes à entrevista, e finalizou construindo um pequeno perfil do entrevistado. Posteriormente, na segunda parte, a da entrevista, Landor indagou Marx dos princípios gerais da associação, das relações estabelecidas por aquele organismo, das acusações sofridas pela AIT e dos objetivos políticos da mesma.

Depreendemos duas passagens da supracitada entrevista que demonstram de forma inequívoca a relação da imprensa burguesa com a AIT e com Marx. A primeira, era a seguinte pergunta de Landor:

(...) o soldado não precisa ser nenhum expoente da política que o coloca em ação. Conheço alguns dos membros da Associação e acredito que eles não sejam do tipo conspiratório. Além disso, um segredo compartilhado por milhões de homens não é um segredo. Mas e se eles fossem só instrumentos nas mãos de um grupo corajoso e, espero que o senhor me perdoe por acrescentar, pouco escrupuloso? (1871 Apud ALTMAN, 1995, p.19)

A resposta incisiva de Marx foi dada assim: “Não há nada que prove isto” (1871 ALTMAN, 1995, p.19). E Landor não satisfeito insistiu na interrogação: “A última revolta de Paris?” E mais uma vez a resposta de Marx a Landor foi peremptória, “primeiro, exijo provas de que houve uma conspiração – de que algum acontecimento não tenha sido efeito legítimo das circunstâncias do momento, ou, caso a conspiração seja admitida, exijo provas da participação da Associação Internacional” (1871 ALTMAN, 1995, p.19).



Posteriormente, ao ser perguntado sobre as acusações da polícia francesa sobre as ações da AIT e a respectiva cobertura dos jornais franceses sobre os acontecimentos, as declarações de Marx foram tingidas com cores mais fortes:

Todos os jornais franceses! Veja, aqui está um deles [pegando um exemplar do *La Situation*], e julgue o senhor mesmo o valor das evidências. [Lê] “O doutor Karl Marx, da Internacional, foi preso na Bélgica, tentando abrir caminho para a França. A polícia de Londres já vem observando a associação a que ele está ligado e, no momento, está tomando providências para acabar com ela (1871 ALTMAN, 1995, p.19).

Mas Marx não se contentou com esta explicação transcrita acima, e prosseguiu,

Duas frases e duas mentiras. O senhor pode comprovar as evidências com seus próprios olhos; Como vê, ao invés de estar preso na Bélgica, estou em casa na Inglaterra. O senhor também deve saber que a polícia da Inglaterra não tem poderes para interferir da Associação Internacional, assim como a Associação não pode interferir na polícia. Ainda assim, pior nisto tudo é que a notícia continuará a se espalhar através da imprensa do continente sem um desmentido, e não mudaria mesmo que, de onde estou, eu avisasse a todos os jornais da Europa (1871 ALTMAN, 1995, p.19).

Para saciar a sua curiosidade de repórter e a dos leitores interessados nos acontecimentos ocorridos na Europa, Landor concluiu assim: “o senhor tentou contradizer muitas dessas falsas notícias?” (1871 ALTMAN, 1995, p.19). E Marx respondeu, “tentei até me cansar. Para mostrar-lhe o quanto eles são descuidados com o que tramam, posso mencionar que vi, em um desses jornais, Félix Pyat ser considerado membro da Internacional” (1871 ALTMAN, 1995, p.19).

Das ponderações marxianas sobre o papel da imprensa, podemos fazer duas considerações preliminares. No jovem Marx encontramos uma análise mais incisiva sobre o papel que a imprensa deveria representar e temos de dar destaque para a liberdade defendida por Marx como exercício da representação popular. No Marx da maturidade, encontramos um homem resignado com os caminhos que a imprensa trilhou, principalmente a imprensa burguesa, e do papel que ela representava como elemento da superestrutura.

### **3 - A liberdade de imprensa em Lênin e Trotsky**

Ao analisar as idéias políticas de Lênin sobre a imprensa, segundo Madeleine, “uma organização revolucionária, quaisquer que sejam os seus progressos recentes, empreender a publicação de um jornal revolucionário apresenta-se como uma aposta arriscada” (WORONTSOV, 1977, p. 09). Para Michael Kunczik, a posição de Lênin era “diametralmente oposta aos escritos marxistas clássicos. Lênin criou e fomentou a imprensa bolchevista” (KUNCZIK, 2002, p.116). Para darmos continuidade às reflexões em torno da imprensa, selecionamos trechos referentes à imprensa bolchevique, como extratos de Lênin e Trotsky sobre o papel que a imprensa revolucionária deveria cumprir.

Paul Roth e Madeleine Worontsov foram categóricos em destacar o papel de Lênin na construção da imprensa revolucionária. Segundo Roth (1982 Apud KUNCZIK, 2002, pp.116/117), “Lênin foi seu organizador, seu mentor intelectual e um publicista sem igual para o Partido”. Para Worontsov,

Lenine não adopta mecanicamente o marxismo revolucionário à imprensa. A sua teoria está de acordo com os princípios gerais marxistas, sem se reduzir a uma aplicação dogmática. Elaborou-a sobre o genérico, a partir de uma experiência profissional multiforme e de um conjunto de referências especificamente jornalísticas (WORONTSOV, 1977, p. 09).

Ressaltamos que Worontsov estudou pormenorizadamente as relações estabelecidas por Lênin para a imprensa, fornecendo-nos dados substanciais para o entendimento do papel que esta imprensa desempenhava na organização do proletariado e posteriormente no desenrolar da revolução. Isto fica compreensível à medida que transcrevemos as palavras de Lênin:

Não existe outro meio de organização a não ser o jornal. Num país democrático, os operários dispõem de vários pólos de organização: acção parlamentar, agitação eleitoral, reuniões públicas, participação nas instituições locais, associações profissionais, etc. (1955 Apud Worontsov, 2002, p. 35).

Mesmo que Lênin e Trotsky não tenham se definido profissionalmente como jornalistas, eles invariavelmente se utilizaram deste veículo para estabelecer que cada artigo convertesse “a teoria em palavras de ordem e em consignas exatas” (WORONTSOV, 1977, p. 19). Em Lênin, o jornal não “é apenas um propagandista e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo” (WORONTSOV, 1977, p. 33), afirmando ainda que a função jornalística estava a serviço do trabalho do partido. Para ele, o Partido – principalmente o partido comunista – deveria reunir em seus seios militantes abnegados responsáveis pela agitação do proletariado e

pela real transformação da sociedade e da economia, considerando “a imprensa como o meio de organizar o partido revolucionário” (WORONTSOV, 1977, p. 33).

Em um artigo intitulado “*Como começar?*”, publicado pela primeira vez em maio de 1901, na *Iskra* (A Faísca), a revista do Partido, Lênin deixou clara sua idéia sobre a tarefa da imprensa, como órgão de agitação e de propaganda, além do papel de organizador coletivo. De acordo com Worontsov, o jornal

neste sentido, pode-se compará-lo aos andaimes colocados em torno de um edifício em construção; eles indicam a forma que terá o edifício, facilitam a comunicação entre os diferentes trabalhadores da construção, ajudam a distribuir o trabalho e a estar cientes dos resultados gerais que se alcançam conjuntamente, através do trabalho organizado (WORONTSOV, 1977, p. 33).

Ressaltamos que essas funções foram transferidas para todos os meios de comunicação soviéticos ao longo do tempo. A imprensa foi submetida aos princípios do centralismo democrático. Vale dizer que todas as decisões tomadas pela direção do “Partido eram obrigatórias para a hierarquia inferior e a discussão só era possível antes de se tomar a decisão sobre um assunto em particular; era preciso manter a disciplina rígida do Partido uma vez tomadas as decisões” (KUNCZIK, 2002, p.117).

Em um artigo publicado no *Pravda* (A Verdade) em 20 de setembro de 1918, Lênin afirmou que o dever principal desta imprensa durante o período de transição do capitalismo e o socialismo era a educação das massas. As afirmações de Lênin não destoaram das proposições de Trotsky, “a imprensa é um instrumento de educação” (TROTSKY, 1979, p. 37). Lênin diferenciou os paradigmas de imprensa, considerando dois modelos: o velho e o novo. O último foi a imprensa bolchevista, cujas tarefas mudavam segundo as diferentes etapas históricas, adaptando-se e reformulando-se: “antes que o Partido Comunista chegasse ao poder, a imprensa era o instrumento da Revolução; depois da Revolução de Outubro, a imprensa passou a ser instrumento destinado a estabilizar o domínio da consciência” mediante a orientação socialista (KUNCZIK, 2002, pp.117-118).

Esta nova imprensa – a imprensa bolchevique – fundamentou-se em uma perspectiva classista. Destacamos que a imprensa antiga, corporificada na imprensa conservadora controlada pela burguesia, cumpriu o papel de oprimir ideologicamente o proletariado. O jornalismo bolchevique “tinha a tarefa de interpretar e transmitir os fatos no contexto social, ou seja, apresentar as leis objetivas do desenvolvimento social, independentemente da vontade popular”

(KUNCZIK, 2002, p.118). Em outras palavras, o jornalista deveria reconhecer as situações históricas, lutar pelo processo revolucionário e, mais tarde, defender a sociedade remodelada.

Não obstante, para Leon Trotsky, “um jornal serve, antes de mais nada, de elo de ligação entre os indivíduos; dá-lhes a conhecer o que se passa e aonde” (TROTSKY, 1979, p. 37). O revolucionário russo acreditou que no estágio revolucionário em que a Rússia socialista se encontrava era necessário que os órgãos de imprensa, divulgação e propaganda fossem capazes de atender ao interesse do proletariado. Segundo ele, “o que dá alma a um jornal é uma informação atual, abundante e interessante” (TROTSKY, 1979, p. 37).

Trotsky aprofundou sua argumentação em direção a uma visão mais ampla do papel a ser desempenhado por este órgão de agitação e indicou os caminhos nos quais os jornalistas revolucionários deveriam trilhar. Segundo ele, “um jornal não tem direito de não se interessar pelo que interesse às massas, à multidão operária” (TROTSKY, 1979, p. 43). afirmou assim,

certamente que todo o jornal pode e deve dar a sua interpretação dos factos visto que é chamado a educar, desenvolver e elevar o nível cultural. Mas não atingirá esse objectivo, salvo se se apoiar nos factos e nos pensamentos que interessam à massa dos leitores (TROTSKY, 1979, p. 43).

Em sua argumentação, Trotsky afirmou ainda que “a questão da organização da nossa agitação escrita, e em primeiro lugar da nossa agitação jornalística, é demasiado importante para que se deixe em silêncio o que for” (TROTSKY, 1979, pp. 35-36).

Em certa medida, podemos aproximar as afirmações de Trotsky dos quatro princípios da imprensa apresentados por Lênin: “parcialidade, veracidade, compromisso com o povo e carácter de massa” (1982 Apud KUNCZIK, 2002, pp. 31s.). Kunczik destacou ainda que neste tipo de imprensa a parcialidade ganha importância. Segundo ele, jornalista comunista deveria encarar os todos os temas do ponto de vista do partido proletário; para a imprensa bolchevique não existiria reportagem objetiva. Por outro lado, ainda afirmou Kunczik, que a parcialidade e a objetividade proletárias não são contradições: “na teoria marxista, a parcialidade e a objetividade científicas coincidem totalmente” (KUNCZIK, 2002, p. 119).

Nesse sentido, Lênin rechaçou vigorosamente a exigência burguesa da imparcialidade: “na sociedade burguesa, a imparcialidade não passa de uma expressão hipócrita, dissimulada e passiva dos membros do partido dos saciados, do partido dos governantes, do partido dos exploradores” (1955 Apud KUNCZIK, 2002, p. 119). Segundo Trotsky,

nos nossos jornais, os comunicados são compostos e impressos por uma forma semelhante à 'grande' imprensa burguesa. Quando se segue quotidianamente os comunicados de certos jornais, tem-se a impressão que os camaradas que se ocupam dessa rubrica, ao paginarem os novos telegramas, já esqueceram de todo o que tinham publicado na véspera. O seu trabalho não apresenta em absoluto nenhuma seqüência lógica (TROTSKY, 1979, p. 37).

A propósito da liberdade de imprensa escreveu Lênin em 1917: A "liberdade de imprensa" numa sociedade burguesa consiste na liberdade para os ricos para fraudar, desmoralizar e ridicularizar sistemática e incessantemente, dia após dia, em milhões de exemplares de jornais, as massas exploradas e oprimidas, os pobres. A questão é saber se é possível combater um mal que clama aos céus, e como fazê-lo. A resposta é o monopólio estatal sobre as notícias particulares dos jornais.

Stálin também só concebia uma imprensa controlada. Os meios de comunicação de massa eram as ondas da propagação destinadas a impor suas ordens. Kunczik apoiando-se em Roth afirmou que eles tinham que propagar o marxismo-leninismo, pedir espontaneamente a implementação do coletivismo e os planos quinquenais, expor ao escárnio os inimigos do povo, descobrir perversidades e, obviamente, exaltar Stálin.

Em uma passagem encontrada no Pravda de 9 de fevereiro de 1969, encontramos a seguinte caracterização do jornalista: "o funcionário político cuja tarefa é explicar a política do Partido, representá-la e trabalhar por sua implementação" (1969 Apud KUNCZIK, 2002, p.119). Trotsky anteriormente tinha alertado o escritor, e em particular o jornalista, acreditando Trotsky que o jornalista-revolucionário tinha um papel fundamental a desempenhar nesta construção – que não deveria "partir do seu ponto de vista, mas sim do leitor" (TROTSKY, 1979, p. 42). Ressaltou que este tipo de órgão deveria exercer seu papel de educar, desenvolver e elevar o nível cultural do proletariado e não poderia "ser um instrumento de educação se a informação não fosse correta, interessante e judiciosamente exposta" (TROTSKY, 1979, p. 41).

O "jornalista profissional" deveria se desdobrar em "jornalista proletário", devendo marchar ao encontro do jornalista-revolucionário. Este assumiria características próprias, e "a surpresa do título, o ângulo de ataque dos problemas, o tipo de argumentação, a escolha dos termos, são em exclusivo submetidos a este fim: ser compreendido pelos operários" (WORONTSOV, 1977, p. 22), segundo argumentou Trotsky, que é "no sentido do leitor vivo, tal qual é, o leitor de massa, despertado pela revolução, mas ainda pouco letrado" (TROTSKY, 1979, p. 44).

Com a revolução em curso, Lênin e Trotsky sabiam que a imprensa deveria estar a serviço da edificação socialista em todos os níveis, contribuindo decisivamente para a transformação das mentalidades formadas pelo sistema econômico anterior. E também, inseridos numa perspectiva de combate, em que o primeiro passo da luta na imprensa contra o capitalismo consistiria em desmascará-lo; o segundo, criar uma imprensa proletária. Não somente estava em jogo a construção e consolidação de uma nova ordem econômica, mas também a construção de uma nova ordem social.

As abordagens jornalísticas dos jornalistas-revolucionários tinham o caráter de agrupar o proletariado em torno de uma nova visão de mundo e, como escreveu Leon Trotsky, “somos o partido das massas. Somos um Estado revolucionário e não uma confraria espiritual ou um convento” (TROTSKY, 1979, p. 44).

#### **4 – Conclusão**

Ao termino desta pequena investigação, podemos tirar algumas ponderações acerca das relações entre direitos e liberdade de imprensa. Sabemos que quaisquer das opiniões encontradas aqui são preliminares e passíveis de serem superadas pelo debate e pelas investigações futuras.

Inicialmente, das considerações marxianas sobre o papel desempenhado pela imprensa, podemos fazer duas considerações. No jovem Marx encontramos uma interpretação mais direta sobre o papel apresentado e desempenhado pela imprensa e temos de dar realce para a liberdade defendida por Marx como uma representação da vontade popular. Na maturidade, encontramos um Marx submetido aos fatos e com os caminhos que a imprensa tinha trilhado; principalmente a imprensa burguesa, e do papel que ela representava como elemento da superestrutura.

Neste sentido, somente podemos compreender as relações entre os direitos inalienáveis e a liberdade de imprensa. Se pensarmos a imprensa, não apenas como um órgão burguês, mas como um elemento de inserção das camadas subalternizadas, pelo capital, na arena e na disputa política.

No que diz respeito aos nossos segundos atores, Lênin e Trotsky, as relações com a imprensa foram mais objetivas. Mesmo que o debate se voltasse, quase que exclusivamente, para o papel que a imprensa proletária representaria na consubstanciação da revolução; não podemos

deixar de nos atentarmos que havia uma vinculação mais íntima da imprensa com a revolução. Devemos também ressaltar que estas vinculações estavam, assim como estava em Marx, ligadas a direito de expressão como uma das condições para a organização do proletariado.

Deste modo, somente podemos compreender a liberdade de imprensa se a compreendemos dentro de dois quadros. A primeira está relacionada com o quadro da sociedade produtora de mercadoria, a liberdade de imprensa se fez, e ainda se faz, dentro dos limites impostos por esta sociedade.

Assim posto, não podemos pensar esta liberdade fora das noções de propriedade e de fetichismo da mercadoria.

O segundo elemento, mais geral, mais amplo, relaciona-se com a própria noção de direitos. Se acreditarmos que exista um conjunto de direitos fundamentais, teremos que discutir como, e se, a liberdade de imprensa se relaciona no quadro sociedade produtora de mercadoria. cremos que este debate esteja subsumido a primeira condicional. Como não podemos separar o primeiro elemento do segundo, acreditamos que a tal propagada liberdade não existe no mundo da prática. Muito pelo contrário, porque acreditamos que esta noção de direitos inalienáveis não possa existir numa sociedade de classes.

Para concluirmos, compreendemos que estas relações – liberdade de imprensa, direitos e atores sociais – deverão ser investigadas em outros cenários e com outros intérpretes, por enquanto esta é nossa contribuição.

## 5 - Referências Bibliográficas

- ALTMAN, Fabio. **A arte da entrevista**. São Paulo: Scritta, 1995.
- BUEY, Francisco Fernandez. **Marx (sem ismos)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky: O profeta desarmado, 1879 – 1921**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRUPPI, Luciano. **O pensamento de Lenin**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOBBSAWM, Eric J.. **Revolucionários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A Era do Capital (1848-1875)**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, Eric J. (org.). **História do Marxismo I: O Marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: Norte-sul - Manual de comunicação. São Paulo: Com Arte, 2001.
- MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MCLELLAN, David. **Karl Marx**: Vida e pensamento. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MILIBAND, Ralph. **Marxismo e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida**. Lisboa: Antídoto, 1979.
- WORONTSOV, Madeleine. **Nome: Lenine, Profissão: Jornalista** (Lenine e a Imprensa Revolucionária). Lisboa: Antídoto, 1977.